



Dez anos da Política de Formação Continuada do IFSP: avanços, limites e propostas de atualização

Ten Years of the Continuing Education Policy at IFSP: Advances, Limitations, and Proposals for Updating

Plínio A. dos S. Caetano¹, Gildma G. Almeida², Heron R. P. Ruas³

^{1,2} Professores no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) – *Campus Sertãozinho*.

³ Graduando em Letras – Português / Inglês no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) – *Campus Sertãozinho*.

DOI: [10.47734/iluminart.v25.01.p-12](https://doi.org/10.47734/iluminart.v25.01.p-12)

RESUMO

O presente artigo analisa a Política de Formação Continuada de Professores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), instituída pela Resolução nº 138/2015, após mais de uma década de sua implementação. Parte-se da compreensão de que a formação continuada constitui dimensão estruturante do desenvolvimento profissional docente na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), especialmente no contexto do Ensino Médio Integrado. O estudo possui abordagem qualitativa, fundamentada em análise documental da normativa institucional e em diálogo com a literatura especializada sobre formação docente, políticas educacionais e EPT. O objetivo geral consiste em examinar o caráter inovador da política, identificar seus limites e propor diretrizes de atualização frente aos desafios contemporâneos, como a intensificação da cultura digital, as mudanças curriculares e as demandas por fortalecimento da gestão democrática. Os resultados indicam que a política apresenta desenho organizacional vanguardista no cenário educacional brasileiro, ao institucionalizar equipes locais de formação e carga horária mínima anual. Contudo, evidencia-se a necessidade de aprimoramento normativo, especialmente no que se refere à avaliação sistemática, à formação digital docente e à integração curricular. Conclui-se que a atualização da política pode consolidar o IFSP como referência nacional em políticas institucionais de desenvolvimento profissional docente na EPT.

Palavras-chave: Formação continuada; Educação profissional e tecnológica; Política educacional; Desenvolvimento profissional docente.

ABSTRACT

This article analyzes the Continuing Education Policy for Teachers of the Federal Institute of Education, Science and Technology of São Paulo (IFSP), established by Resolution No. 138/2015, after more than a decade of implementation. It is grounded in the understanding that continuing education constitutes a structural dimension of teachers' professional development in Professional and Technological Education (PTE), particularly within the Integrated High School model. The study adopts a qualitative approach based on documentary analysis of the institutional regulation and dialogue with specialized literature on teacher education, educational policies, and PTE. The main objective is to examine the innovative character of the policy, identify its limitations, and propose guidelines for its updating in light of contemporary challenges, such as the expansion of digital culture, curricular changes, and the need to strengthen democratic governance. The findings indicate that the policy presents a pioneering organizational design within the Brazilian educational context, institutionalizing local training teams and establishing a minimum annual workload for professional development. However, the study highlights the need for regulatory improvements, particularly regarding systematic evaluation, digital teacher education, and curricular

integration. The updating of the policy may consolidate IFSP as a national reference in institutional professional development policies within PTE.

Keywords: Continuing professional development; Professional and technological education; Educational policy; Teacher professional development.

1. Introdução

A formação continuada de professores tem sido reconhecida, nas últimas décadas, como dimensão central para a qualidade da educação pública e para o fortalecimento da profissionalidade docente. Em contextos marcados por transformações sociais, tecnológicas e curriculares, o desenvolvimento profissional permanente ultrapassa a lógica da atualização pontual, configurando-se como política estratégica das instituições educacionais (Imbernón, 2009; Gatti, 2016).

No âmbito da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), essa discussão assume contornos ainda mais complexos. A criação dos Institutos Federais, por meio da Lei nº 11.892/2008, consolidou um modelo institucional que articula educação básica, técnica e superior, sob o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e da formação humana integral (Brasil, 2008; Moura, 2014). Tal configuração ampliou as exigências sobre o perfil docente e sobre as políticas institucionais de formação.

A docência na EPT, especialmente no Ensino Médio Integrado, requer a superação da histórica dualidade entre formação geral e formação profissional, exigindo articulação curricular, interdisciplinaridade e compreensão do trabalho como princípio educativo (Ramos, 2008). Nesse cenário, a formação continuada deixa de ser acessória e passa a constituir elemento estruturante da consolidação do projeto institucional dos IFs.

A literatura recente evidencia que políticas de formação continuada na Rede Federal ainda apresentam heterogeneidades quanto à institucionalização, implementação e avaliação (Oliveira; Pontes, 2024; Monteiro, 2025). Embora haja iniciativas relevantes, nem sempre elas se consolidam como políticas estruturadas, articuladas a metas estratégicas e acompanhadas por mecanismos sistemáticos de monitoramento.

Nesse contexto, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) instituiu, em 2015, por meio da Resolução nº 138, sua Política de Formação Continuada de Professores. Ao prever equipes locais de formação, carga horária mínima anual e organização institucional das ações formativas, o IFSP antecipou discussões que, em muitas redes públicas, permanecem fragmentadas ou dependentes de iniciativas isoladas (Brasil, 2015).

Passados mais de dez anos da promulgação da resolução, torna-se pertinente analisar criticamente seus fundamentos, avanços e limites, bem como discutir possibilidades de atualização frente às novas demandas educacionais. A intensificação da cultura digital, as mudanças no Ensino Médio e os impactos da pandemia da COVID-19 redefiniram o cenário da formação docente, exigindo políticas mais dinâmicas e integradas (Selwyn, 2017).

O presente estudo insere-se nesse debate, propondo uma análise crítica e propositiva da Política de Formação Continuada do IFSP. Parte-se da compreensão de que políticas educacionais são construções históricas e dinâmicas, sujeitas a revisões periódicas para manterem sua aderência às transformações institucionais e sociais (André, 2013).

O objetivo geral deste artigo é analisar a Política de Formação Continuada do IFSP, instituída pela Resolução nº 138/2015, identificando seu caráter inovador, suas tensões e possibilidades de atualização no contexto contemporâneo da EPT.

Como objetivos específicos, busca-se: (i) contextualizar a formação continuada na EPT à luz da literatura recente; (ii) examinar os fundamentos e a estrutura

organizacional previstos na resolução; (iii) discutir seu caráter vanguardista em comparação com outras redes e sistemas educacionais; (iv) identificar lacunas e desafios frente às demandas atuais; e (v) propor diretrizes para o fortalecimento e atualização da política institucional.

A justificativa deste estudo assenta-se em três dimensões complementares. A primeira é de ordem acadêmica, pois contribui para o debate sobre institucionalização de políticas de desenvolvimento profissional docente na Rede Federal. A segunda é institucional, ao analisar criticamente uma política vigente há mais de uma década. A terceira é social, ao reconhecer que a qualidade da formação docente impacta diretamente a formação humana integral dos estudantes.

O interesse do autor pelo tema também se vincula à sua trajetória institucional. Durante nove anos, atuou como representante de equipe de formação continuada em campus do IFSP, participando da organização, planejamento e avaliação de ações formativas. Essa experiência possibilitou vivência direta das potencialidades e desafios da política, configurando-se como elemento motivador para a investigação.

Além disso, este estudo foi impulsionado por convite da atual equipe de formação continuada para participação em mesa redonda sobre as políticas institucionais de formação no IFSP. A atividade propôs reflexão crítica sobre a trajetória da política e seus desdobramentos, a partir da experiência acumulada e do diálogo com referenciais teóricos da área.

Ressalta-se que a incorporação dessa experiência não se configura como relato autobiográfico, mas como ponto de partida para problematização acadêmica. A análise empreendida busca articular vivência institucional e fundamentação teórica, evitando tanto a descrição meramente normativa quanto a crítica descontextualizada.

Metodologicamente, o estudo assume caráter qualitativo e analítico, pautando-se na análise documental da Resolução nº 138/2015 e no diálogo com a literatura sobre formação continuada, EPT e políticas educacionais. Trata-se de pesquisa de natureza interpretativa, com enfoque crítico-propositivo.

A análise documental concentrou-se nos dispositivos normativos da Resolução nº 138/2015, especialmente em seus princípios orientadores, na estrutura organizacional prevista para as equipes de formação continuada e na definição de carga horária mínima anual. A interpretação do documento foi realizada à luz de categorias analíticas derivadas da literatura sobre desenvolvimento profissional docente, institucionalização de políticas formativas e governança educacional (Imbernón, 2009; André, 2013). O procedimento consistiu na identificação de convergências e lacunas entre o arcabouço normativo e os referenciais teóricos contemporâneos, buscando compreender tanto o caráter inovador da política quanto seus limites frente às demandas atuais da Educação Profissional e Tecnológica.

Ao analisar a política sob essa perspectiva, o artigo reconhece seus avanços estruturais e seu caráter inovador, mas também identifica limites e desafios que demandam revisão normativa. A atualização de políticas educacionais constitui prática necessária para manter coerência entre projeto institucional e prática pedagógica.

A relevância do estudo amplia-se quando se considera que a formação continuada constitui eixo estratégico para a consolidação do projeto dos Institutos Federais, cuja missão envolve a formação integral, a inclusão social e a articulação entre trabalho, ciência e tecnologia (Brasil, 2008; Moura, 2014).

Assim, a análise proposta não se restringe ao âmbito local, mas dialoga com o debate nacional sobre políticas institucionais de desenvolvimento profissional docente na EPT. A experiência do IFSP pode oferecer subsídios para outras instituições da Rede Federal que buscam estruturar ou revisar suas políticas formativas.

O artigo organiza-se em quatro seções principais. A seção 2 discute a formação continuada na EPT à luz da literatura especializada. A seção 3 analisa criticamente a Resolução nº 138/2015, destacando seu caráter vanguardista. A seção 4 examina as tensões contemporâneas que desafiam a política. A seção 5 apresenta propostas de atualização normativa. Por fim, as considerações finais sintetizam os principais achados e apontam implicações para o fortalecimento da política institucional.

Dessa forma, pretende-se contribuir para a consolidação de uma cultura formativa crítica, colaborativa e estrategicamente articulada à missão institucional do IFSP e da Rede Federal como um todo.

2. Formação continuada na educação profissional e tecnológica: fundamentos e desafios

A formação continuada de professores consolidou-se, nas últimas décadas, como eixo central das políticas educacionais voltadas à melhoria da qualidade do ensino. Superando a concepção de atualização pontual, ela passou a ser compreendida como processo permanente de desenvolvimento profissional, articulado às transformações sociais, tecnológicas e institucionais (Imbernón, 2009).

Essa perspectiva desloca o foco da formação como evento episódico para a compreensão do desenvolvimento profissional como trajetória contínua, construída na interação entre saberes teóricos, experiências práticas e contextos institucionais. A docência, nesse sentido, configura-se como profissão que exige aprendizagem permanente, reflexão crítica e atualização constante (Tardif, 2000).

Os saberes docentes são múltiplos, heterogêneos e historicamente situados, integrando dimensões disciplinares, curriculares, pedagógicas e experienciais. A formação continuada, portanto, não deve restringir-se à transmissão de conteúdos, mas possibilitar a reconstrução crítica desses saberes à luz das demandas contemporâneas (Gatti, 2016).

Nesse contexto, ganha relevância a concepção de formação centrada na escola — ou, mais amplamente, na instituição educativa — como espaço privilegiado de produção de conhecimento pedagógico. Ao valorizar o coletivo docente e as práticas colaborativas, essa abordagem rompe com modelos centralizadores e prescritivos de capacitação (Nóvoa, 2009).

Além da dimensão técnica, a formação continuada possui caráter político. A prática docente está inserida em disputas de projetos de sociedade, concepções de currículo e finalidades da educação. Assim, formar professores implica também promover consciência crítica sobre o papel social da escola e do educador (Freire, 2005).

Quando se desloca o debate para a Educação Profissional e Tecnológica (EPT), a complexidade aumenta. Historicamente marcada pela dualidade entre formação geral e formação para o trabalho, a EPT foi estruturada sob forte influência de perspectivas tecnicistas e pragmatistas (Ramos, 2008).

A criação dos Institutos Federais, por meio da Lei nº 11.892/2008, representou ruptura parcial com essa tradição ao instituir um modelo que articula educação básica, técnica e superior, fundamentado na formação humana integral e na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (Brasil, 2008).

Essa reorganização institucional ampliou as exigências sobre a docência. O professor da Rede Federal precisa atuar em múltiplos níveis e modalidades, integrando saberes técnicos e pedagógicos e dialogando com diferentes públicos. A formação continuada, nesse cenário, torna-se condição estruturante para a consolidação do projeto institucional (Moura, 2014).

Particularmente no Ensino Médio Integrado, a proposta de integração curricular exige planejamento interdisciplinar, articulação entre áreas e compreensão do trabalho como princípio educativo. Tais dimensões não se consolidam apenas por meio de normativas curriculares, mas demandam processos formativos sistemáticos (Ramos, 2008).

Outro elemento que tensiona a formação na EPT refere-se ao perfil de ingresso dos docentes. Muitos professores possuem formação inicial bacharelesca, com forte domínio técnico, mas com lacunas na dimensão didático-pedagógica. A formação continuada precisa, portanto, integrar esses campos de conhecimento e fortalecer a profissionalidade docente (Kuenzer, 2011).

Nesse sentido, políticas institucionais de formação continuada assumem papel estratégico. Não se trata apenas de ofertar cursos ou eventos, mas de estruturar mecanismos permanentes de desenvolvimento profissional, articulados às metas institucionais e às demandas pedagógicas concretas (André, 2013).

Entretanto, estudos sobre a Rede Federal indicam que a institucionalização dessas políticas ainda apresenta heterogeneidades. Em alguns contextos, as ações formativas permanecem fragmentadas ou excessivamente dependentes de iniciativas locais, o que compromete sua continuidade e sistematicidade (Oliveira; Pontes, 2024; Monteiro, 2025).

A consolidação de políticas estruturadas exige governança formativa, definição de responsabilidades, previsão de carga horária e mecanismos de acompanhamento. A literatura sobre desenvolvimento profissional aponta que políticas eficazes articulam planejamento estratégico e avaliação contínua (Imbernón, 2009).

Além disso, as transformações recentes impuseram novos desafios à formação docente. A intensificação da cultura digital e a expansão das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação demandam competências pedagógicas específicas, que extrapolam o uso instrumental das ferramentas (Selwyn, 2017).

A pandemia da COVID-19 evidenciou fragilidades estruturais na formação digital docente, mas também ampliou a consciência sobre a necessidade de políticas permanentes de capacitação tecnológica articuladas a fundamentos pedagógicos consistentes (Gatti, 2016).

Paralelamente, as reformas do Ensino Médio e as pressões por flexibilização curricular recolocam a EPT no centro de debates nacionais sobre finalidades da educação. A formação continuada, nesse contexto, precisa fortalecer a identidade institucional dos IFs frente a tendências que podem esvaziar o projeto do Ensino Médio Integrado (Moura, 2014).

Outro aspecto relevante diz respeito à gestão democrática. A participação docente em processos decisórios constitui dimensão formativa importante, pois amplia a compreensão sobre governança institucional e fortalece a cultura organizacional colaborativa (Barbieri; Vieira, 2025).

Assim, a formação continuada na EPT deve articular quatro dimensões fundamentais: desenvolvimento profissional, integração curricular, atualização tecnológica e fortalecimento democrático. Políticas que contemplam essas dimensões tendem a apresentar maior coerência institucional.

Nesse cenário, analisar políticas institucionais específicas torna-se relevante para compreender como esses princípios se materializam normativamente. A institucionalização da formação continuada representa indicador importante do compromisso da organização com o desenvolvimento profissional docente.

É a partir desse pano de fundo conceitual que se insere a análise da Política de Formação Continuada do IFSP, instituída em 2015. Ao formalizar diretrizes, equipes

locais e carga horária mínima anual, o IFSP estruturou uma política que dialoga com diversas das dimensões aqui discutidas.

Contudo, a efetividade de uma política depende de sua capacidade de atualização diante de novas demandas sociais e institucionais. Assim, compreender seus fundamentos teóricos permite avaliar tanto seu caráter inovador quanto suas lacunas e possibilidades de aprimoramento.

Dessa forma, a seção seguinte examina criticamente a Resolução nº 138/2015, identificando seus avanços estruturais, seu potencial vanguardista no contexto educacional brasileiro e os desafios que se colocam para sua consolidação e atualização.

3. A política de formação continuada do IFSP: análise documental

A Resolução nº 138/2015, que institui a Política de Formação Continuada de Professores do IFSP, representa um marco institucional relevante no âmbito da Rede Federal. Ao normatizar a formação como processo permanente, articulado à prática pedagógica e às especificidades da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), o IFSP antecipa discussões que, em muitas redes públicas, ainda permanecem dispersas ou pouco sistematizadas (Brasil, 2015).

Um dos aspectos mais inovadores da política reside na institucionalização de equipes de formação continuada em cada campus, com atribuições definidas e carga horária destinada às atividades formativas. Essa estrutura descentralizada, mas articulada à Pró-Reitoria de Ensino, evidencia compreensão de que a formação não pode depender exclusivamente de iniciativas individuais, mas deve constituir-se como política organizacional estruturada (Nóvoa, 2009; André, 2013).

Outro elemento de vanguardismo refere-se à previsão de carga horária mínima anual destinada à formação continuada, integrando-a à organização do trabalho docente. Em contraste com sistemas educacionais que tratam a formação como atividade complementar ou eventual, o IFSP reconhece-a como dimensão constitutiva da docência na EPT, aproximando-se da concepção de desenvolvimento profissional permanente (Imbernón, 2009).

Esse caráter vanguardista torna-se mais evidente quando comparado ao cenário predominante em diversas redes estaduais de ensino, nas quais a formação continuada, embora prevista em diretrizes gerais, não se encontra necessariamente institucionalizada com carga horária mínima anual incorporada à organização do trabalho docente. Em muitos estados, as ações formativas assumem caráter episódico, frequentemente vinculadas a programas específicos ou a iniciativas centralizadas das secretarias de educação, sem a constituição de estruturas permanentes de governança formativa nos espaços escolares. Tal contraste evidencia que a Política do IFSP avança ao reconhecer a formação continuada como dimensão estruturante da docência na EPT, aproximando-se das concepções de desenvolvimento profissional permanente defendidas na literatura (Imbernón, 2009; Gatti, 2016).

Além disso, a resolução explicita a centralidade da reflexão crítica sobre a prática e da produção coletiva de saberes no interior do campus. Tal perspectiva dialoga com concepções de formação centradas na escola — ou, no caso da Rede Federal, no campus — como espaço privilegiado de construção do conhecimento pedagógico (Nóvoa, 2009). Esse ponto revela alinhamento com tendências contemporâneas que valorizam comunidades de aprendizagem e processos colaborativos.

No contexto da Educação Profissional e Tecnológica, esse desenho institucional assume relevância ainda maior. A docência na EPT envolve a articulação entre saberes técnicos e pedagógicos, além da integração curricular no Ensino Médio Integrado. Ao prever espaços sistemáticos de formação, a política cria condições para enfrentar a

fragmentação histórica entre formação específica e formação didática (Ramos, 2008; Ku-
enzer, 2011).

Entretanto, uma análise crítica revela que o caráter normativo inovador não ga-
rante, por si só, a consolidação prática da política. Estudos realizados em outros Institutos
Federais indicam que, embora existam dispositivos institucionais formais, sua efetividade
depende de condições locais, cultura organizacional e engajamento coletivo (Oliveira;
Pontes, 2024; Monteiro, 2025). Assim, emerge a tensão entre prescrição normativa e im-
plementação concreta.

Outro ponto a ser problematizado refere-se à atualização da política frente aos
desafios contemporâneos. Elaborada em 2015, a resolução antecede transformações sig-
nificativas, como a intensificação da cultura digital, as mudanças no Ensino Médio e os
impactos da pandemia da COVID-19. A literatura recente aponta que políticas formativas
precisam incorporar explicitamente dimensões como competências digitais, inclusão e
inovação metodológica (Gatti, 2016; Selwyn, 2017).

Ainda assim, quando comparada a muitas redes estaduais e municipais, nas quais
a formação continuada frequentemente assume caráter episódico ou centralizado, a polí-
tica do IFSP destaca-se por seu desenho estruturado e por reconhecer o campus como
núcleo de produção formativa. Tal característica pode ser compreendida como expressão
do projeto institucional da Rede Federal, que vincula formação docente à consolidação
da identidade da EPT (Brasil, 2008; Moura, 2014).

Há também um potencial democrático na estrutura prevista pela resolução. Ao
organizar equipes representativas e ao incentivar espaços coletivos de discussão pedagó-
gica, a política dialoga com princípios de gestão democrática e participação institucional
(Barbieri; Vieira, 2025). Nesse sentido, a formação continuada ultrapassa a dimensão téc-
nico-pedagógica e se insere no campo da governança educacional.

Dessa forma, a análise da Resolução nº 138/2015 permite reconhecer seu caráter
vanguardista no contexto educacional brasileiro, especialmente ao institucionalizar a for-
mação continuada como política estruturante. Contudo, para manter esse protagonismo,
torna-se necessário atualizar seus dispositivos à luz das demandas contemporâneas e es-
tabelecer mecanismos mais explícitos de monitoramento e avaliação, assegurando coe-
rência entre o projeto formativo institucional e a prática pedagógica cotidiana.

4. Tensões e desafios contemporâneos

A análise da Resolução nº 138/2015 evidencia que o IFSP instituiu uma política
de formação continuada com desenho organizacional consistente e caráter inovador. Con-
tudo, passados mais de dez anos de sua promulgação, torna-se pertinente discutir sua atu-
alização, de modo a responder às transformações educacionais, tecnológicas e institucio-
nais que redefiniram o cenário da Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

Uma primeira perspectiva de atualização refere-se à incorporação explícita da di-
mensão digital como eixo estruturante da formação docente. A experiência do ensino re-
moto emergencial evidenciou a necessidade de competências pedagógicas voltadas ao
uso crítico de tecnologias digitais, superando a mera instrumentalização técnica (Gatti,
2016; Selwyn, 2017). Assim, a política poderia prever programas permanentes de forma-
ção digital articulados ao projeto pedagógico institucional.

Em segundo lugar, sugere-se fortalecer a vinculação entre formação continuada e
currículo integrado, especialmente no âmbito do Ensino Médio Integrado. A consolidação
da formação integral exige que os espaços formativos promovam discussões sistemáticas
sobre integração curricular, interdisciplinaridade e trabalho como princípio educativo
(Ramos, 2008; Moura, 2014). Tal alinhamento pode contribuir para reduzir o hiato entre
concepção teórica e prática pedagógica.

Outra dimensão relevante refere-se à institucionalização de mecanismos de monitoramento e avaliação da política. Embora a resolução estabeleça diretrizes organizacionais, não explicita indicadores de acompanhamento de resultados formativos. A literatura sobre desenvolvimento profissional aponta que políticas eficazes articulam planejamento, execução e avaliação contínua, promovendo ajustes baseados em evidências (Imbernón, 2009; André, 2013).

Nesse sentido, poderia ser instituído um sistema de avaliação formativa da política, envolvendo autoavaliação das equipes de formação, levantamento de demandas docentes e análise de impactos percebidos na prática pedagógica. Tal estratégia reforçaria a concepção de formação como processo reflexivo e colaborativo, e não como cumprimento burocrático de carga horária (Nóvoa, 2009).

Adicionalmente, recomenda-se ampliar a integração entre formação continuada e gestão democrática. A participação docente nos espaços colegiados e nas decisões pedagógicas constitui competência fundamental à profissionalidade na EPT (Barbieri; Vieira, 2025). A política poderia explicitar a articulação entre formação e governança institucional, fortalecendo o caráter democrático dos processos formativos.

Outro aspecto a ser considerado diz respeito à articulação intercampi. Embora a política valorize a autonomia local, a criação de redes internas de compartilhamento de experiências formativas pode potencializar boas práticas e reduzir desigualdades entre *campi*. A constituição de fóruns institucionais permanentes de formação continuada fortaleceria a identidade organizacional do IFSP e ampliaria o alcance das ações desenvolvidas localmente.

Também se mostra pertinente integrar a formação continuada ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e aos planos estratégicos de gestão, assegurando coerência entre metas institucionais e ações formativas. Essa integração consolida a formação como eixo estratégico e não apenas operacional, reafirmando sua centralidade para a missão institucional da Rede Federal (Brasil, 2008).

Por fim, é necessário reconhecer que políticas educacionais são dinâmicas e exigem revisões periódicas. A atualização da Resolução nº 138/2015 não implica ruptura com seus fundamentos, mas seu aprimoramento diante das novas demandas sociais e educacionais. Manter o caráter vanguardista da política requer abertura ao diálogo institucional e compromisso contínuo com a qualidade da formação docente.

Assim, a consolidação da política de formação continuada do IFSP depende da articulação entre tradição institucional e inovação normativa. Ao integrar avaliação, digitalização, integração curricular e governança democrática, o IFSP poderá reafirmar sua posição de referência na Rede Federal, fortalecendo a coerência entre projeto educativo, desenvolvimento profissional docente e formação humana integral.

5. Considerações finais

A análise da Política de Formação Continuada do IFSP, instituída pela Resolução nº 138/2015, permitiu reconhecer seu caráter inovador no cenário educacional brasileiro. Ao institucionalizar equipes de formação nos campi, estabelecer carga horária mínima anual e valorizar a reflexão crítica sobre a prática, o IFSP estruturou uma política que ultrapassa a lógica episódica ainda predominante em muitas redes de ensino. Nesse sentido, a resolução representou avanço significativo ao conceber a formação continuada como dimensão constitutiva do trabalho docente na Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

O exame crítico realizado neste estudo evidenciou que a política dialoga com concepções contemporâneas de desenvolvimento profissional docente, especialmente ao reconhecer o campus como espaço formativo privilegiado e ao estimular práticas

colaborativas. Tal desenho normativo se alinha à compreensão de que a formação continuada deve fortalecer a identidade docente e consolidar o projeto institucional da Rede Federal, centrado na formação humana integral e na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (Brasil, 2008; Moura, 2014).

Entretanto, também se constatou que a efetividade de uma política não se esgota em sua formulação normativa. A implementação concreta depende de cultura institucional, condições organizacionais e mecanismos de acompanhamento sistemático. Além disso, transformações recentes — como a intensificação da cultura digital, as mudanças no Ensino Médio e os impactos da pandemia — impõem novos desafios à política formativa, exigindo atualização de seus dispositivos.

As propostas apresentadas nesta pesquisa buscam preservar o caráter vanguardista da resolução, ao mesmo tempo em que sugerem seu aprimoramento. A incorporação explícita da formação digital docente, o fortalecimento da integração curricular no Ensino Médio Integrado, a criação de mecanismos de monitoramento e a articulação com a gestão democrática constituem caminhos possíveis para consolidar a política como eixo estratégico institucional.

Ao propor tais atualizações, não se pretende desqualificar o arcabouço existente, mas reafirmar a necessidade de revisão periódica das políticas educacionais, em consonância com as dinâmicas sociais e tecnológicas. A formação continuada, especialmente na EPT, não pode ser compreendida como ação acessória, mas como condição estruturante para a coerência entre projeto educativo e prática pedagógica cotidiana.

Assim, a Política de Formação Continuada do IFSP configura-se como experiência relevante no âmbito da Rede Federal, oferecendo subsídios para o debate nacional sobre institucionalização do desenvolvimento profissional docente. Sua atualização, ancorada em avaliação sistemática e diálogo coletivo, poderá consolidar o IFSP como referência na construção de políticas formativas articuladas à qualidade social da educação pública.

Cabe reconhecer, contudo, que este estudo apresenta limites inerentes à sua abordagem metodológica. Por tratar-se de análise documental de natureza interpretativa, o trabalho concentrou-se no exame do arcabouço normativo da política, não contemplando investigação empírica sistemática junto às equipes de formação continuada ou ao corpo docente dos *campi*. Assim, os resultados aqui apresentados dizem respeito à dimensão normativa e conceitual da política, não abrangendo avaliação quantitativa de seus impactos ou análise comparativa aprofundada com outras redes. Estudos futuros poderão ampliar esta investigação por meio de abordagens empíricas, incluindo entrevistas, questionários ou análise de dados institucionais, aprofundando a compreensão sobre a efetividade prática da política.

Por fim, este estudo contribui para ampliar a reflexão sobre a formação continuada como política institucional estratégica na EPT, reafirmando que o fortalecimento da docência é condição essencial para a efetivação da formação humana integral que fundamenta os Institutos Federais.

Referências

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. Políticas e programas de apoio aos professores iniciantes no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 43, n. 148, p. 40-61, 2013.

BARBIERI, Larissa Cristina; VIEIRA, Amanda Ribeiro. A gestão democrática como objeto de formação continuada dos docentes da educação profissional e tecnológica. *Revista Iluminart*, Sertãozinho, v. 24, 2025.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 30 dez. 2008.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 40. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GATTI, Bernardete A. Formação de professores: condições e problemas atuais. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, Porto Alegre, v. 32, n. 1, p. 161-171, 2016.

IMBERNÓN, Francisco. *Formação permanente do professorado: novas tendências*. São Paulo: Cortez, 2009.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO (IFSP). Resolução nº 138, de 8 de dezembro de 2015. Aprova a Política de Formação Continuada de Professores do IFSP. São Paulo: IFSP, 2015.

KUENZER, Acácia Zeneida. Formação de professores para a educação profissional e tecnológica: perspectivas históricas e desafios contemporâneos. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 32, n. 115, p. 667-685, 2011.

MONTEIRO, Letícia da Mota. Formação continuada nos Institutos Federais: os encontros pedagógicos e suas contribuições didático-pedagógicas para a prática docente no ensino médio integrado nas percepções de professores/as do IFPE – Campus Garanhuns. 2025. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Pernambuco, Olinda, 2025.

MOURA, Dante Henrique. Ensino médio integrado: fundamentos, políticas e práticas. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 35, n. 129, p. 1063-1082, 2014.

NÓVOA, António. *Professores: imagens do futuro presente*. Lisboa: Educa, 2009.

OLIVEIRA, Elza Galdino de; PONTES, Ana Paula Furtado Soares. Formação continuada no ensino básico, técnico e tecnológico: reflexões e saberes docentes. *Revista Interdisciplinar*, v. 9, n. 1, 2024.

RAMOS, Marise Nogueira. Concepção do ensino médio integrado. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; RAMOS, Marise Nogueira; CIAVATTA, Maria (org.). *Ensino médio integrado: concepção e contradições*. São Paulo: Cortez, 2008. p. 19-56.

SELWYN, Neil. *Education and technology: key issues and debates*. 2. ed. London: Bloomsbury, 2017.

TARDIF, Maurice. *Saberes docentes e formação profissional*. Petrópolis: Vozes, 2000.